

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.389 - ES (2018/0305084-1)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : WALTER GOMES FERREIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : RAFAEL ALMEIDA DE SOUZA - ES013237**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em favor de **WALTER GOMES FERREIRA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (n. Nº 0010322-56.2018.8.08.0000) cuja ementa registra (e-STJ, fl. 110):

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DA ORDEM POR SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL - INVIABILIDADE DO MANEJO DE HABEAS CORPUS QUANDO HOVER RECURSO PRÓPRIO E NÃO HOVER FLAGRANTE ILEGALIDADE AGRAVO DESPROVIDO.

1) A orientação do Supremo Tribunal Federal fixou-se no sentido de ser inadequado o writ em substituição a recurso próprio, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia. 2 No caso dos autos, cabe ressaltar, que no caso vertente, a matéria trazida em sede de Habeas Corpus e agora em Agravo Regimental, já foi apreciado pela e. Segunda Câmara Criminal quando analisou os Embargos de Declaração no Recurso em Sentido Estrito nº 14050054981, julgado à unanimidade pelo seu improvimento.

2) Agravo Regimental improvido.

Nesta Corte Superior, a defesa alega nulidade do processual, pois “houve a inquirição das únicas testemunhas de acusação, através de uma videoconferência, antes do advento da lei 11.900/09, e o paciente, preso, foi compelido a retirar-se da sala de audiências, sendo-lhe sonogado o direito de autodefesa, ou seja, orientar os seus advogados para inquirir adequadamente tais testemunhas, que nada disseram, mas cujo teor inócuo serviu de esteio para a peça vestibular do MP, além de influir decididamente no julgamento do Tribunal do Júri, sendo o paciente, ao final, condenado” (e-STJ, fl. 126).

Requer a concessão da ordem, a fim de que seja reconhecida a nulidade da audiência realizada por meio de videoconferência e, por conseguinte, a expedição de alvará de soltura para que o réu possa responder o processo em liberdade.

Contrarrazões às fls. 135-138 (e-STJ).

À fl. 155 (e-STJ), a liminar foi indeferida.

O Subprocurador-Geral da República, Mário Pimentel Albuquerque, opinou pelo não provimento do inconformismo (e-STJ, fls. 201-203).

**É o relatório.**

A irresignação não merece prosperar.

De acordo com o disposto no art. 105, II, a, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso ordinário "*os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.*"

Na hipótese em foco, o Tribunal de Justiça capixaba não se pronunciou sobre a suposta nulidade, ao fundamento de que (e-STJ, fls. 113-114): i) o *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, sobretudo quando a análise dos fatos declinados no remédio heroico demanda reexame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos; e ii) a matéria vertida no *writ* foi já teve a competente apreciação pela Corte local.

Desta feita, observa-se que a irresignação trazida neste recurso não foi objeto de análise na impetração originária, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante pacífico entendimento desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NEGATIVA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. **MATÉRIA NÃO ANALISADA NAS INSTÂNCIAS PRECEDENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

**III - Não analisada nas instâncias ordinárias a questão atinente à ausência de contemporaneidade da segregação cautelar, não cabe a este Tribunal Superior examinar o tema, sob pena de indevida supressão de instância.**

Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 104.230/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018 – sem grifo no original)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. AVENTADA NULIDADE DA DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DA CONSTRUÇÃO, POR AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE POLICIAL OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **MATÉRIA NÃO ANALISADA NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.** PRISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. QUANTIDADE DO MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. GRAVIDADE DA CONDUTA INCRIMINADA. PERICULOSIDADE SOCIAL.

NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. RECURSO, EM PARTE, CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, da alegação de nulidade da prisão em flagrante, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, tendo em vista que a matéria não foi analisada no aresto combatido.

[...]

5. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido. (RHC 84.254/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 23/08/2017 – sem grifo no original)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso ordinário em *habeas corpus*. Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator